

## João Pereira da Silva

---

**De:** Sindicato TFPS Sul Reg Aut - Fatima Rosa <fatima.rosa@stfppsra.pt>  
**Enviado:** quarta-feira, 14 de março de 2018 15:30  
**Para:** Comissão 7ª - CAM XIII  
**Cc:** rita  
**Assunto:** FW: CAM, denuncia tapada mafra  
**Anexos:** CAM\_denuncia tapada mafra.pdf

Exmos Senhores

O STFPSSRA em representação dos trabalhadores da Tapada Nacional Mafra, vem solicitar a intervenção urgente, pretendendo-se audiência com essa Comissão, visando a convocatória para audição do Ministro da Agricultura, por forma a serem apuradas as responsabilidades da denúncia ora apresentada, conforme ofício anexo.

Com os melhores cumprimentos

O Dep. Apoio Direcção

Fátima Rosa

*Acusar a receber  
distribuir e agendar  
22/03/2018*

*A*

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CAM	
Nº Único	596643
Entrada/ <del>Série</del> nº	76 Data 14.03.2018

N/Refª 1800797/MAFDR

Exmos. Senhores  
Da Comissão de Agricultura e Mar  
Palácio S. Bento  
1200-619 LISBOA

Data: 2018/03/14

Exmos. Senhores,

O Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas (STFPSSRA), em representação dos trabalhadores da Tapada Nacional de Mafra, vem solicitar a intervenção urgente no que infra se expõe, pretendendo-se audiência com esse Grupo Parlamentar, visando a convocatória para audição do Ministro da Agricultura, por forma a serem apuradas as responsabilidades da denúncia ora apresentada.

A riqueza da Tapada Nacional de Mafra representa a biodiversidade de fauna e flora, um legado histórico, autêntico laboratório vivo, fundamental para a educação e sensibilização ambiental, em ambiente florestal, para as novas gerações; distingue-se também, pelo exemplo que deveria ser - como já foi - relativamente à gestão florestal, à formação de profissionais em novas técnicas florestais, ao apoio a projetos de I&D; mas, também, uma das mais-valias desta instituição está no seu quadro de pessoal, composto por funcionários da Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, criada em 1998 para gerir esta Mata Nacional.

A Presidente da Direção da Tapada Nacional de Mafra (TNM), a licenciada Paula Cristina Cabaço Simões, tomou posse em abril de 2016, foi nomeada pelo Senhor Ministro da Agricultura.

Verifica-se que, desde o início da sua tomada de posse, a Presidente da Direção procedeu paulatinamente ao esvaziamento das funções cometidas aos trabalhadores, num total desaproveitamento dos conhecimentos acumulados ao longo de anos de trabalho na Tapada Nacional de Mafra, encontrando-se actualmente em situação de quase nulidade funcional, com repercussão directa na actividade, manutenção e protecção da área desta Mata Nacional.

A actuação indecorosa e desrespeitosa para com os trabalhadores, que configura assédio moral, tem resultado em sistemáticas baixas médicas, por extremo stress no trabalho e pedidos de intervenção de socorro ao INEM e Bombeiros locais. A Presidente da Direção apelida-os sistematicamente de "calões" e incompetentes, chegando a fazê-lo frente a pessoas externas à Tapada;

- Recentemente, foram mandadas instalar camaras de videovigilância na recepção, colocadas na rectaguarda dos trabalhadores, informando os trabalhadores que os estava a defender de malfeitores que possam assaltar ou roubar a Tapada. Até ao momento desconhece-se qual o alcance das imagens recolhidas, nem se são de gravação de som e os trabalhadores aguardam ainda a realização de inspecção da CNPD, por queixa apresentada por este Sindicato, dado que a instalação das camaras viola o disposto na legislação em vigor;

- São já diversos os pedidos de demissão de trabalhadores, registados nos últimos dois anos (dos 26 funcionários registados nos mapas de pessoal, aquando das anteriores Direções, actualmente existem apenas 12);

Entre os cinco sapadores com vínculo efetivo, no verão de 2016, foram registados dois pedidos de demissão, sem que tenham sido substituídos por novos elementos durante mais de seis meses. Durante todo o verão de 2016 apenas estiveram em funções dois sapadores por dia (por decisão da Direção, o terceiro elemento gozava o dia de descanso);

Em janeiro de 2017, só esteve um sapador ao serviço porque, dos que permaneceram em funções, um entrou de baixa psicológica e ao outro não foi renovado o contrato de trabalho,

- Os três técnicos superiores existentes (um Engenheiro Florestal e duas Biólogas) estão exclusivamente a fazer acompanhamento das visitas escolares programadas, em comboio e pedestres, todos os dias da semana, pelo que não lhes é possível cumprir as suas tarefas e funções;

- Deixou de ser permitido ao Técnico Superior Florestal da Tapada comparecer às reuniões com as organizações de Proteção Civil e CMDF;

- Falta de formação aos três novos sapadores florestais, para operarem com equipamentos (motoserras e motorroçadoras);

- Falta de formação ao operador de máquinas florestais, para operar com o trator e corta-mato (nenhum funcionário tem esta formação);

- Por falta de rececionistas ao serviço (devido a pedido de demissão de uma e a baixa médica de outra), outros funcionários, de sectores e categorias diversos, são deslocados para a receção (incluindo trabalhadores eventuais, em situação de avença, e de empresas parceiras da Tapada), estando obrigados, por inerência das funções de receção, a trabalhar com pagamentos em dinheiro, sem o devido direito ao suplemento de abono para falhas;

- Sistemático incumprimento de normas laborais, em matéria de registo de trabalho suplementar em dia de descanso semanal e em dia feriado – trabalhadores são chamados a trabalhar, sem dias de descanso, mais de sete dias seguidos;

49

- Falta de viaturas de serviço e falta de manutenção das existentes, pondo em risco a segurança dos funcionários. O estado em que se encontram as viaturas de serviço, por questões de segurança, obriga ao uso de viaturas particulares, em alguns casos, e, noutros, o serviço fica por fazer (é exemplo a ocorrência recente com uma das viaturas: por falta de manutenção, uma roda saiu do eixo em andamento, em pleno centro de Mafra);

- Das três viaturas de combate a incêndios florestais, apenas duas estão em funcionamento, dado que uma está totalmente inoperacional, encontrando-se sem seguro e sem inspeção periódica obrigatória;

- A inexistente manutenção dos caminhos florestais e, por conta de ordens expressas da Presidente, que mandou colocar brita numa das descidas mais perigosas do percurso, resultou em acidente com um comboio turístico que, na altura, circulava com um grupo de crianças entre os 2 e os 10 anos - o motorista não teve formação para a condução do veículo alugado -, colocando em perigo de vida as crianças e os trabalhadores que acompanhavam a visita;

- São dadas ordens, aos sapadores florestais, para roçarem mato em dias de alerta amarelo, laranja e vermelho, em que deveriam estar em vigilância contra incêndios, pondo em risco a segurança e a defesa dos trabalhadores e populações circundantes, assim como de toda floresta da Tapada:

Ao sapador que se manteve em funções foram dadas ordens para trabalho com motosserra e roçadora, sozinho na Mata, contrariando as normas de segurança no trabalho com estes equipamentos;

Durante todo o ano de 2017 nunca estiveram mais do que três sapadores florestais ao serviço e, em novembro último, demitiu-se mais um sapador florestal (ET: foram recentemente contratados a termo três sapadores florestais);

- Apenas existe um guarda ao serviço da Tapada. Por diversas vezes são-lhe dadas ordens de execução de trabalhos de limpezas florestais e de sapador. Nos dias de descanso ou de gozo de férias do trabalhador não há quem o substitua, ficando a Mata Nacional sem qualquer guarda, nem vigilância;

- Em dia de alerta amarelo, em abril transaço, foram dadas ordens aos sapadores florestais para aplicação de herbicida, sem que tenham tido formação nem estejam devidamente acreditados para tal tarefa, designadamente a aplicação de produtos fitofarmacêuticos:

Para procederem à tarefa, foi-lhes entregue o produto herbicida em garrafa de plástico de 1,5L (tipo garrafa de água), sem qualquer informação legal do produto, rótulo ou qualquer outra indicação para utilização e/ou segurança ou dosagem, configurando total ilegalidade na utilização de tais produtos.

Apesar de todos os esforços envidados pela equipa, não se tem conseguido alterar o estado de degradação crescente que se faz sentir neste espaço, com mais de 150 espécies de fauna e mais de 80 espécies de flora.

Ainda assim, continua a ser objetivo de todos os trabalhadores, norteados pela prestação de um serviço de qualidade aos visitantes, a garantia de um futuro digno para a Tapada Nacional de Mafra, condicente com o seu estatuto florestal, devendo ser um exemplo de gestão e defesa da floresta a nível Nacional.

Nunca perdendo de vista as condições de segurança, operacionalidade e preservação da natureza, esta equipa, que trabalha muito mais horas do que as que estão definidas nos seus contratos, continua a tentar superar todas as deficiências existentes, como as más condições de trabalho, veículos deteriorados e falta de meios humanos para receber com dignidade os visitantes.

Este Sindicato tem vindo a acumular queixas sistemáticas da parte dos trabalhadores, relacionadas com o mau funcionamento dos serviços.

Por considerarmos ser um *dever* de todos a defesa deste património natural, único em Portugal, candidato a Património Mundial da UNESCO, vimos pelo presente exortar V. Exas. a que procedam a intervenção imediata na gestão e Direção da Tapada Nacional de Mafra, sob risco de se estar a validar a perda de património insubstituível, estando totalmente disponíveis para agendamento de audiência com V. Exas.

A Direção



## ANEXO (relatos diversos)

Os trabalhadores têm registo de diversos atentados ambientais, ocorridos nestes anos de gestão da actual Presidente da Direção, provocados pelas más decisões e que os têm deixado deveras apreensivos com o futuro deste bem público, classificado como património único.

Desde então, assiste-se à sistemática tomada de decisões lesivas para o Património Natural da Tapada, colocando constantemente em risco a continuidade da mesma, tendo várias situações sido, inclusive, notícia de órgãos de comunicação social, como, por exemplo, o abate de sobreiros de forma aleatória, displicente e irresponsável.

É de domínio público que a actual Presidente da Direção da Tapada Nacional de Mafra mandou abater um conjunto de sobreiros centenários, sem qualquer autorização ou consulta técnica. Esta intervenção, não autorizada, terá sido causa da morte de crias de açor (ave protegida ao abrigo do estatuto de aves de rapina com Estatuto de Conservação Vulnerável): o casal de açores, devido à perturbação causada por maquinaria pesada junto ao ninho quando se encontrava em nidificação, até à presente data deixou de ter atividade.

O abate destes sobreiros vivos, sem a autorização do ICNF, foi alvo de queixa da Associação Ambiental - Quercus, tendo a Presidente da Direção sido identificada pelo SEPNA da GNR como a mandante do ato. No entanto, apesar de a notícia ter sido amplamente difundida na comunicação social, a situação não teve quaisquer consequências a nível criminal. À data, a Presidente da Direção passou a estar na dependência direta do Ministro da Agricultura, tendo deixado de depender do Secretário de Estado das Florestas, como até então acontecera.

O alheamento de aconselhamento do corpo Técnico e a desconsideração dos seus conhecimentos tem provocado situações de extrema gravidade para a biodiversidade da Tapada. Apesar dos alertas feitos pelo corpo Técnico da Tapada, a Presidente da Direção mandou proceder à limpeza do Lago Grande do Jardim do *Celebredo*, por uma empresa privada em regime de "voluntariado", tendo levado à morte e condenado a postura de inúmeros anfíbios: foram capturadas, pelos ditos voluntários que levavam a cabo a limpeza/genocídio, diversas fêmeas com ovos do maior tritão Português, o tritão marmorato. Para além da perda irreversível da biodiversidade no Lago, é sistemática a falta de cuidado e de zelo pela preservação das espécies.

É comum a Presidente da Direção deliberar, sem qualquer apoio técnico e fora do plano de gestão florestal, o corte de matos, que deixam desprotegidas árvores jovens, face à marcação por parte dos cervídeos aqui existentes; verificou-se, igualmente, o abate de sobreiros vivos.

Tem demonstrado falta de conhecimentos técnicos e atua com base em pareceres não emitidos pelo corpo Técnico da Tapada Nacional – equipa especializada e que frequentemente os contraria

-, no que respeita ao cumprimento básico dos Estatutos da Cooperativa, aprovados pela Resolução nº 7/98, de 22 de Janeiro.

*“A cooperativa tem por objecto principal a investigação e preservação da fauna e da flora, a educação ambiental, a actividade cinegética e a prestação de serviços de turismo rural, nomeadamente através das seguintes acções:*

- a) Organização de programas de lazer e turismo compatíveis com as outras actividades;*
- b) Utilização dos edifícios para fins múltiplos que se integrem no objecto da cooperativa;*
- c) Funcionamento de um centro de Investigação. Experimentação e Demonstração dos recursos faunísticos e da flora;*
- d) Divulgação das regras cívicas básicas relativas actividade cinegética e à preservação do ambiente, visando especialmente a população escolar;*
- e) Organização de caçadas com vista à exploração e ordenada dos recursos cinegéticos e tendo em conta os condicionalismos impostos por outras actividades a desenvolver;*
- f) Realização de conferências, congressos e outras iniciativas relacionadas com o objecto da cooperativa.”*

A impunidade é de tal forma sentida, que colocou em risco de incêndio, no ano transato, toda a Tapada Nacional de Mafra e áreas conexas, por incumprimento do despacho conjunto do Sr. Primeiro-Ministro e da Sra. Ministra da Administração Interna, decretando pelo período de três dias – de 18 a 21 de Agosto de 2017 -, o estado de Calamidade Pública Preventiva:

*“Declaração de situação de calamidade nos distritos e concelhos com índice de risco elevado ou extremo de incêndio, a partir das 14 horas de 18 de agosto e até às 24 horas de 21 de agosto. O aumento do grau de prontidão (...)*

- c) Mobilização em permanência das equipas de Sapadores Florestais;*
- d) Proibição do acesso, circulação e permanência no interior dos espaços florestais, previamente definidos nos PMDFCI, bem como nos caminhos florestais, caminhos rurais e outras vias que os atravessam;*
- g) Proibição total da utilização em todos os espaços rurais de máquinas de combustão interna ou externa, onde se incluem todo o tipo de tratores e máquinas agrícolas ou florestais, bem como realização de trabalhos nos espaços florestais com recurso a motorroçadoras, corta-matos e destroçadores;*
- h) Aumento do nível de prontidão das equipas de resposta das entidades com especial dever de cooperação nas áreas das comunicações (operadores de redes fixas e móveis) e energia (transporte e distribuição);*
- i) Recurso aos meios disponíveis previstos nos Planos Distritais e Municipais de Emergência e Proteção Civil dos distritos e concelhos abrangidos pela presente declaração, acionados automaticamente por efeito do presente despacho.*

Durante esses três dias, todos os visitantes da Tapada Nacional (área florestal com cerca de 833 hectares) se deslocaram a pé, sozinhos, sem qualquer acompanhamento técnico ou supervisão, correndo-se o risco de que algum fogueasse ou abandonasse os trilhos; mantiveram-se as visitas

de comboio (um deles é puxado por um trator de carro elétrico), entre outras formas de visita, incluindo deslocações com viaturas próprias.

**Quanto à Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI), destacam-se as situações:**

- A equipa de sapadores florestais nunca teve mais de três elementos de serviço - por falta do número obrigatório de sapadores ao serviço, no quadro de funcionários da Tapada -, contrariando as instruções operacionais para os dias de Alerta, em que é obrigatória a presença de quatro elementos;
- A Tapada não garantiu a presença de motorista de pesados para operar com o Veículo Florestal de Combate a Incêndios (VFCI), caso ocorresse algum incêndio, porque foi autorizada a folga dos dois funcionários com carta de pesados, não salvaguardando a DFCI da Tapada;
- Dos quatro sapadores florestais que actualmente estão ao serviço, apenas um tem formação adequada. Os restantes, admitidos em 2017, não tiveram qualquer formação reconhecida oficialmente para a função de elevado risco que desempenham.

Reforçamos que a Tapada Nacional de Mafra, que está sob a tutela direta do Senhor Ministro da Agricultura, deveria ser exemplar.

**Da gestão da Tapada Nacional de Mafra:**

O decréscimo de visitantes no Verão de 2017, na ordem de 50% face a anos anteriores, gerou quebra na faturação durante toda a época alta. Os consequentes atrasos e erros de comunicação na programação de visitas e as constantes alterações da mesma, a falta de condições para os visitantes e funcionários, são apenas algumas das muitas questões que preocupam diariamente os trabalhadores.

**Perigosidade e desconhecimento técnico:**

- Falta de simulacro de incêndios;
- Falta de formação em Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI);
- Falta de aprovação do Plano Operacional DFCI (plano de emergência para fogos), apresentado em junho de 2016;
- O Programa de Gestão Florestal não está a ser cumprido: as ações de gestão florestal são decididas de forma *ad hoc* e avulso, sem consulta nem parecer do Técnico Florestal da Tapada;
- No dia 2/04/2017, em pleno estado de alerta amarelo - decretado pela Proteção Civil -, e após o técnico responsável ter procedido em conformidade com a comunicação atempada das orientações emanadas pelo ICNF, no âmbito do serviço público, na Tapada de Mafra esteve apenas um sapador ao serviço, sem farda e sem estar na viatura dos sapadores. Ao referido trabalhador foram dadas

ordens para fazer serviço de guarda. Atente-se o facto de, em estado de alerta decretado, ser obrigatória a presença permanente de quatro sapadores em vigilância, devidamente equipados com o Equipamento de Proteção Individual (EPI) de fogo e preparados para primeira intervenção na viatura dos sapadores;

- Dia 24/04/2017, a Presidente ordenou aos sapadores que cortassem carvalhos e sobreiros, junto ao muro no Vale da Guarda, para que a máquina pudesse fazer um suposto aceiro, em local inapropriado. O chefe de equipa naturalmente não cortou os sobreiros, por saber que é ilegal, tendo comunicado o facto ao técnico da Tapada;

- Durante o primeiro trimestre do ano de 2017, sem equipa constituída e devidamente formada, não foi possível fazer fogo controlado. Apenas na segunda semana de abril e com o auxílio do ICNF, CMM, BVM estiveram reunidas as condições mínimas para tal;

- As parcelas foram preparadas com o esforço físico dos sapadores; no entanto, a falta do acompanhamento técnico necessário fez com que alguns aceiros tivessem sido feitos com grade de discos agrícola, que veio da Companhia das Lezírias, mas que não se adequa à Tapada, tendo sido dada ordem para gradar os caminhos em redor das parcelas;

- Em plena época *Charlie*, chegou à Tapada uma máquina da Câmara Municipal de Torres Vedras, para arranjo dos caminhos secundários, a qual a Presidente da Direção entendeu que deveria operar com gasóleo agrícola, cometendo uma ilegalidade, por não ser máquina agrícola - trata-se de uma máquina industrial de marca *Caterpillar*, com pá carregadora de rasto ligeiro e *ríper* de 20 cm, não fazendo o trabalho de uma Bulldozer - pode apenas ser utilizada para limpar caminhos. A Presidente da Direção mandou proceder ao corte de mato para abrir aceiros e o Operador da máquina, da Câmara de Torres Vedras, orientado pela própria Presidente, já procedeu à abertura de caminho, contra todas as regras de segurança e de prevenção da erosão, num grande declive. No entanto, não tendo conseguido terminar o trabalho, ficou criada situação de perigo eminente, em caso de incêndio;

- Em época de alto risco de incêndio, com falta de pessoal, não foi acautelado o acesso à Tapada pelas viaturas de Bombeiros, dado não estar disponível aos trabalhadores em serviço o acesso às chaves dos portões e das viaturas de combate aos fogos;

- Durante o inverno de 2017, foram dadas ordens expressas aos Sapadores Florestais para *roçarem* uma faixa de mato, lateral à linha de água principal, que está planeada e prevista para ser feita sob o projeto apresentado e aprovado ao PDR 2020, que contempla as linhas de água. Questionada a Presidente, sobre a decisão tomada, esta argumentou que, quando chegasse o dinheiro do projeto, já poderia utilizá-lo para outras situações;

- Foram igualmente dadas ordens de desbaste e derrama de pinheiros bravos, na zona afecta ao projeto submetido ao PDR 2020, tarefa mandada fazer a um único trabalhador, que alertou para o facto de os pinheiros serem ainda muito jovens, pelo que iriam sofrer com o “ataque” dos cervídeos quando estes estivessem a libertar o veludo e a marcar território, matando os pinheiros - situação evitada se o trabalho fosse acompanhado tecnicamente;
- Existem zambujeiros (ou oliveira-brava) mortos pelo facto de, mais uma vez, não ter havido qualquer orientação nem coordenação técnica nas ordens transmitidas. Esteve um sapador sozinho e inexperiente a fazer a poda das árvores e, por ter podado em excesso, as árvores encontram-se irrecuperáveis;
- Frequentemente são dadas ordens para alimentação dos animais com alimentos já deteriorados ou mesmo em estado de putrefação (pão, carne e frutas exóticas e podres, ainda embaladas em plásticos e caixas de cartão, que, não sendo alimentos naturais destes animais, têm causado diversos distúrbios aos mesmos);
- Em fevereiro transato, os técnicos do GTF e da The Navigator Company, demonstraram disponibilidade para auxiliar na abertura de faixas para parcelas de fogo controlado, no interior da Tapada, a custo zero. Dado serem detentores de parcelas, em propriedade contígua a norte e fazerem parte da CMDF de Mafra, colocariam ao dispor da Tapada uma máquina para abrir os aceiros, e tal tarefa teria de ser executada em conjunto com o técnico responsável pelo plano de fogo controlado da Tapada, para que este os orientasse e indicasse quais os locais a abrir os aceiros. A Presidente negou autorização e inviabilizou a ação;

**Perda de receitas:**

- Encerramento da Casa de Campo - perda de cerca de € 7.500,00 de receita;
- Eliminação de atividades equestres e de carros elétricos - perda de cerca de € 20.000,00;
- Cessaçãõ de parcerias com empresas dinamizadoras de atividades, por conflitos gerados: a perda destas parcerias não só impede a entrada de receita, como inviabiliza a concretização de um plano de atividades anual diversificado e condicente com o carisma que a Tapada de Mafra foi conquistando ao longo de várias décadas;
- A integração de diversos parceiros equestres, sem formação, e as alterações consecutivas de empresa, implicaram que os serviços não estivessem disponíveis, designadamente durante a época alta do verão de 2017. Esta atividade, bastante rentável, ainda hoje continua por resolver e a Tapada continua a não gerar esta receita;

- As trocas de parceiros das atividades equestres e a indisponibilidade para a realização de passeios de *charrete* não foram comunicadas aos Técnicos que fazem a gestão da bilheteira, nomeadamente das vendas *on-line*, causando diversas reclamações dos visitantes;
- Na escolha do actual parceiro para as atividades equestres, não foram acauteladas as capacidades necessárias para a execução das tarefas (o parceiro não fala línguas estrangeiras, obstando ao acompanhamento do público estrangeiro); não foi ministrada qualquer formação para executar os passeios de *charrete*, salvo a que, de *moto-próprio*, foi feita pelas técnicas da Tapada;
- O parceiro não tem competências para efetuar os batismos equestres a escolas, facto sinalizado pelas Técnicas Especializadas do Serviço Educativo da Tapada, mas sem aceitação por parte da Presidente, que se limitou a impedir o dono da empresa de permanecer junto das crianças por ser uma "figura velha" (palavras e ordens da Presidente).
- A cessação da parceria com a Companhia de Dança "Amálgama" impediu a realização, não só dos espetáculos de Natal, que vinham a acontecer há já dois anos, como também dos espetáculos culturais "ILUMES" que diversificavam as atividades culturais e davam mais carisma à Tapada, provocando igualmente perda de receita considerável;
- Ao parceiro *Blueticket* (empresa responsável pela implementação da bilheteira em mais de 1100 lojas e vendas *on-line*), por diversas situações foi alterada, de forma unilateral e sem aviso prévio, a localização do espaço para a comunicação da imagem do parceiro, indispondo-o para a resolução de situações emergentes. Esta parceria é da maior importância para a Tapada, dado que, em contrapartida, podem ser adquiridas entradas em todos os seus postos de venda;

**Contratos com parceiros:**

- Passeios de carro elétrico - a Tapada ficou impedida de vender e fornecer o serviço de passeios em carro elétrico com guia, da responsabilidade de parceiro externo, durante período de grande afluência de público, pela demora em agir e tomar decisões da Presidente, com conseqüente perda de receita para a Tapada (após ultrapassar o valor limite de prestação de serviços directos, de € 4.900,00 e porque decorreram mais de dois meses na resolução do novo processo de adjudicação direta da despesa);
- Não estão devidamente contratualizadas as atividades com os parceiros que desenvolvem: tiro com arco, apicultura (atelier de apicultura para escolas e público em geral), falcoaria (demonstração de voo das aves de rapina e atelier falcoaria para escolas e público em geral):
  - No final do ano de 2016, os técnicos responsáveis procederam à entrega da informação referente ao termo destes contratos e dos cadernos de encargos para elaboração de novos

ou da sua prorrogação. Até à data, as atividades prestadas continuam sem estarem devidamente contratualizadas, estando assim a operar na ilegalidade;

**Gestão da comunicação e da programação anual:**

- A receita gerada pelos visitantes da Tapada em 2017, durante a época mais rentável, o verão, teve uma quebra de 50% (2017 - € 9.000,00), face a 2014 (€ 14.000,00), 2015 (€ 13.000,00) e 2016 (€ 7.000,00 - ano de entrada da Presidente da Direção);
- A demora na tomada de decisão para o início dos trabalhos para a elaboração dos programas, nomeadamente o atraso na sua divulgação na página eletrónica oficial e na do Facebook da Tapada, provocou total desorganização na execução do plano (só toma conhecimento das atividades quem liga pela rede fixa para a Tapada);
- A demora na tomada de decisão, referente à programação e à publicação do programa, influencia toda a gestão de bilhética, que não depende só da Tapada, mas do parceiro *Blueticket*, que fica sem tempo útil para executar a divulgação;
- A gestão da página de Facebook foi entregue a pessoa externa à Tapada, gerando grande demora na comunicação dos acontecimentos e na resposta às mensagens dos visitantes (algumas com atrasos de mais de um mês);
- Actualmente, a página de Facebook é gerida pela própria Presidente, que já colocou imagens de animais exóticos – inexistentes na Tapada -, em pleno ato de acasalamento (situação deveras confrangedora e que gerou inúmeros comentários na página);
- A alteração da empresa de prestação de serviço, na área da imagem e comunicação, responsável pela criação da imagem dos programas anuais, levou ao atraso na publicação de alguns programas, nomeadamente o de ESCOLAS 2016/2017 e 2017/2018;
  - A adjudicação deste serviço está a ser feita sem o cumprimento das normas de consulta ao mercado, previstas no Código da Contratação Pública;
- Para além da demora na publicação da programação para as Escolas, verificaram-se erros técnicos que tiveram de ser revistos, resultando em dois trabalhos errados e consequente despesa acrescida;
- O programa deste ano, de 2017/2018, foi publicado com erros. Apesar de indicados pelos técnicos e sem que tenha havido a revisão do documento, foi mandado publicar pela Presidente;
- Falta de linha orientadora de comunicação que, por não ter existido qualquer projeto de comunicação para o verão de 2017, resultou em quebra acentuada de visitantes durante toda a época;

- Por decisão da Presidente, os folhetos foram publicados e distribuídos já a meio do programa, com atraso de mais de um mês, com conseqüente gasto desnecessário de verbas, dado que ficaram por distribuir;
- A incompatibilidade crescente entre a Presidente da Direção e os parceiros institucionais, designadamente a Câmara Municipal de Mafra, tem provocado uma acentuada perda de visibilidade, tanto que a Tapada não está representada nas comemorações dos 300 anos do início da construção do Palácio Nacional de Mafra.
  - Instituições sediadas no Concelho (PNM, Diocese e Exército Português) desenvolvem, neste âmbito, diversas ações para o público em geral, com divulgação e dinamismo associado. A Tapada não só não tem prevista atividade de carácter comemorativo da efeméride, como a única que foi designada como tal, que faz parte do programa corrente, não foi divulgada aos trabalhadores para poderem informar o público;
- Falta de interesse pelo processo da candidatura do conjunto "PNM e Tapada" a Património Mundial, organizado pela UNESCO, atrasando, por diversas vezes, o envio de documentação pedida, e entregando os créditos do texto a técnicos exteriores à Tapada, sem cuidar de confirmar, ler ou conhecer o texto final da candidatura;

**Outras situações:**

- Está a circular um comboio alugado, que realiza visitas, enquanto o comboio da Tapada está funcional e parado nas oficinas;
- A falta de manutenção, nomeadamente do sistema de som do comboio, traduz-se em perda de qualidade nas visitas (questão referenciada por visitantes, no livro de reclamações, sem qualquer resposta aos mesmos);
- A falta de manutenção do caminho, por onde circula o comboio, traduz-se num maior desgaste do material e conseqüente despesa (pneus e outras peças);
- Utilização de viatura de serviço para uso pessoal - nomeadamente no verão e em época crítica -, sendo que a viatura fica fechada e sem chave durante ausências de dois/três dias, impedindo o acesso e uso da mesma;
- Das dez casas florestais existentes, somente duas estão habitadas, porque todos os outros funcionários preferiram sair a ter de aceitar as condições impostas pela actual Direção. Tempos houve em que foram oito as casas habitadas, com a manutenção e vigilância garantidas. Actualmente, existem casas vandalizadas, após terem sido alvo de intervenção e totalmente recuperadas;

- Desde 2016 - pela primeira vez em 18 anos -, os censos de animais não foram feitos pelos técnicos da Tapada, mas por um técnico de ICNF, com auxílio do guarda da Tapada - até à data, ainda se desconhece o resultado dos mesmos;
- Falta de resposta a propostas de venda de madeira, que aguardam por autorização superior para se iniciar processo de consulta ao mercado (existem mais de 200 pinheiros para venda, cerca de 400 m3);
- Falta de resposta aos pedidos de esclarecimentos dos caçadores, referentes ao novo regulamento de caça, que contém várias incorreções e para o qual não foram pedidos quaisquer contributos ao corpo técnico da Tapada -, a dilação de tempo na resposta, aos caçadores que se inscreveram e pagaram as taxas de inscrição (mais de 6 meses), resultou na devolução dos montantes pagos para a época venatória de 2016/2017, no valor de cerca € 5.000,00;
- Também não haverá caça na Tapada na época 2017/2018, apesar de a informação ter sido publicada em edital do ICNF;
- É crescente a lista de reclamações de visitantes, resultantes da falta de respostas a questões colocadas à Presidente;
- Não foi autorizado o aluguer da casa de hóspedes, durante as épocas de outono e inverno passadas, com o argumento de não ser rentável. No entanto, a Senhora Presidente transformou a casa na sua habitação pessoal, utilizando uma funcionária da Tapada para sua empregada doméstica (situação alterada apenas por intervenção deste Sindicato, mantendo-se o não aluguer da casa de hóspedes);
- Por ordens da Presidente da Direção, o portão do Jardim do *Celebredo* está aberto. Neste local decorriam visitas pedagógicas das escolas. Alegando que os animais têm fome e que se devem alimentar transpondo o Jardim, invalidou que no mesmo se desenvolvessem as visitas pedagógicas e estas foram retiradas do programa escolar, por falta de condições para o seu desenvolvimento;
- Contratação de empresa privada de segurança (Securitas), sem conhecimento dos restantes membros da Direção;